

Funcionários da Codesa terão estabilidade por 2 anos após privatização

Depois desse prazo, os profissionais podem ser aproveitados ou dispensados conforme o investidor preferir

Publicado em 24/08/2017 às 10h44

A Gazeta



Companhia é a administradora do Porto de Vitória e do Porto de Barra do Riacho, em Aracruz.

Foto: Divulgação/ Codesa

A possível desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) terá impacto direto na vida dos cerca de 350 funcionários da organização. A autoridade portuária do Espírito Santo está entre os próximos projetos em estudo de viabilidade para concessões e privatizações.

Para quem trabalha na companhia, a notícia gerou insegurança. Caso a companhia seja privatizada, deve haver um período de transição que garanta

estabilidade por cerca de dois anos para os funcionários. Depois disso, os profissionais podem ser aproveitados ou dispensados conforme o investidor preferir.

A Codesa é a única entre as oito Companhias Docas sem altas dívidas trabalhistas. Ela administra os Portos de Vitória, na Grande Vitória, e Barra do Riacho, na Região Norte. Ambos já têm terminais arrendados ao setor privado, responsáveis por operar as instalações.



No Estado, o Terminal de Graneis Líquidos (TGL) de Capuaba, parte do Porto de Vitória, já está entre os projetos qualificados na terceira rodada do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal.

O advogado terceirizado responsável pelo jurídico da Codesa no âmbito trabalhista desde 2004, Felipe Osório dos Santos, afirma que a aquisição da companhia será uma boa oportunidade para os investidores, já que ela está organizada e pronta para ser produtiva.

Segundo ele, a Codesa teria sido escolhida para ser desestatizada justamente por ter liquidez e estar em dia em relação aos processos jurídicos e passivos trabalhistas. A companhia despertaria os olhares de investidores.

“O passivo trabalhista nos anos de 2004 e 2005 era de R\$ 80 milhões. Demorou entre 8 e 10 anos para conseguirmos equalizar esse valor e ser possível reduzir o número dos processos que tínhamos”, comentou.

De acordo com o advogado, eram cerca de 1,2 mil processos com erros de cálculos e de procedimentos jurídicos em sua maioria por causa de hora extra e risco portuário. Mas também havia por incidente portuário.

A Codesa não tem bloqueio de conta há mais de cinco anos, o passivo reduziu em aproximadamente 75% e todos os processos estão organizados e possuem um fundo de reserva para cobri-los, segundo Santos.

<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/08/funcionarios-da-codesa-terao-estabilidade-por-2-anos-apos-privatizacao-1014093163.html>